



8697822

08129.002051/2019-50



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Decisão nº 10/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE

Assunto: JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo: 08129.002051/2019-50

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2019

O Pregoeiro do Ministério da Justiça - MJ, no exercício das suas atribuições regimentais designada pela Portaria nº 71, de 25 de março de 2019, e por força dos art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; art. 8º, inciso IV do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas condições e decisões acerca do Recurso Eletrônico interposto pela licitante HELCIO KRONBERG, inscrito no CPF sob o nº 085.187.848-24, doravante denominada Recorrente, em relação à aceitação e habilitação do licitante **JORGE VITORIO ESPOLADOR**, inscrito no CPF sob o nº 918.216.069, doravante denominado Recorrido, para o **ITEM 03**.

1. DA SÍNTESE FÁTICA

1.1. Cuida-se de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por item, visando a contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

1.2. O objeto do pregão está disposto da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	COMISSÃO MÁXIMA ACEITÁVEL (comitente)	VALOR ESTIMADO
1	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Região de Foz do Iguaçu (englobando as localidades de: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Itaipulândia, Matelândia, medianeira, Missal, Ramiândia, Santa Helena, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu), Guaíra e Região (englobando as localidades de: Mercedes e Terra Roxa), Cascavel e região (englobando as localidades de: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Quedas do Iguaçu, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná)	MESES	12	5%	100,00
2	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Mato Grosso do Sul	MESES	12	5%	100,00
3	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Estado do Paraná, com exceção da área indicada no lote 1	MESES	12	5%	100,00
4	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Cidade de São Paulo/SP e região metropolitana	MESES	12	5%	100,00
5	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Estado de São Paulo, com exceção da área indicada no lote 4	MESES	12	5%	100,00
6	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Minas Gerais	MESES	12	5%	100,00
7	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Rio Grande do Sul	MESES	12	5%	100,00
8	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Santa Catarina	MESES	12	5%	100,00

1.3. O Edital foi publicado, tendo sido apresentados pedidos de esclarecimentos, os quais foram devidamente respondidos em tempo hábil.

1.4. A sessão pública para a fase de lances foi aberta no dia e horário designados e após a conclusão da etapa de lances, por meio do critério de desempate sorteio, restaram classificados os fornecedores na ordem indicada no documento SEI nº 8537321.

1.5. Ato contínuo, procedeu-se a convocação das licitantes classificadas, nos termos do itens 8.1 e 6.1 do Edital, em ordem de classificação, para apresentação da proposta comercial e demais documentos relativos à fase de aceitação e habilitação, conforme tabela abaixo:

ITEM 3		
Classificação	Licitante	Situação
1º Sorteio	JORGE VITORIO ESPOLADOR	Aceito/Habilitado
2º Sorteio	LILIANE VIRGINIA PARMEGGIANI	Não Convocado
3º Sorteio	LILIAMAR FATIMA PARMEGGIANI PESTANA MARQUES GOMES	Não Convocado
4º Sorteio	RENNAN PARMEGGIANI DALL ASTRÁ	Não Convocado
5º Sorteio	AFONSO MARANGONI	Não Convocado
6º Comprasnet	FERNANDO DE OLIVEIRA KUSS	Não Convocado
7º Comprasnet	CLAUDIO CESAR KUSS	Não Convocado
8º Comprasnet	ANDRE DE OLIVEIRA KUSS	Não Convocado
9º Comprasnet	HELICIO KRONBERG	Não Convocado
10º Comprasnet	DANIEL OLIVEIRA JUNIOR	Não Convocado
11º Comprasnet	FABIO GONCALVES BARBOSA	Não Convocado
12º Comprasnet	VICENTE DE PAULA XAVIER FILHO	Não Convocado

1.6. A equipe técnica da SENAD, após provocação do Pregoeiro, por meio do Despacho nº 75/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE (8571090), analisou as documentações relativas à proposta comercial, exequibilidade dos preços ofertados, especificações do objeto e habilitação técnica, por meio da Nota Técnica n.º 8/2019/CGPP/DPPA/SENAD/MJ (8582775). Prosseguindo, este Pregoeiro realizou diligências compreendidas como cabíveis, dentro de suas competências normativas, em virtude das informações constantes da Nota Técnica junto à Junta Comercial do Paraná para averiguação de autenticidade dos documentos apresentados (autenticidade das informações); bem como a verificação junto ao licitante de vício formal sinalizado nos itens 3.6.4 e 3.6.5 da Nota Técnica n.º 8/2019/CGPP (não cumpriu integralmente o item 7.20.4 do Edital, em que pese haver Atestado de Capacidade Técnica expedida pela 5ª Vara do Trabalho de Londrina-PR indicando a prestação do serviço de guarda/armazenamento/conservação de bens).

1.7. As documentações e procedimentos encontram-se devidamente documentados nos autos, conforme preconiza o item 9.4 do Edital.

2. DA INTENÇÃO DE RECURSO

2.1. Aberto prazo para apresentação de intenção de recurso no Sistema Comprasnet, conforme item 9.1 do Edital, o licitante HELCIO KRONBERG, inscrita no CPF sob o nº 085.187.848-24, apresentou a seguinte intenção:

NECESSIDADE DE OBSERVAÇÃO AOS ATESTADOS DE DESVÍNCULOS DE DÉBITOS ITEM 8 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. 10% DE COMPROVAÇÃO DE CADA ITEM OBJETO DA LICITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO. INSUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DILIGÊNCIA DE ESCLARECIMENTOS. ILEGALIDADE DILIGÊNCIAS. PUBLICIDADE. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NO QUE DIZ RESPEITO AOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELOS LICITANTES. CERTIDÃO DA SEGURIDADE SOCIAL, FGTS, MEIO INADEQUAD

3. DA TEMPESTIVIDADE

3.1. Tal como a intenção, o recurso e a contrarrazão foram tempestivamente inseridos no Sistema Comprasnet e analisados, tendo em vista a presença dos requisitos de admissibilidade, bem como o direito de ampla defesa e do contraditório, previstos no Edital da licitação e nas normas pertinentes.

Em idênticos fundamentos utilizados para o Recurso do Item 01, o Recorrente HELCIO KRONBERG alega que os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida não atendem os requisitos exigidos no Edital, afirma ser necessária a comprovação de desvinculo de débitos de veículos e insuficiência na comprovação de 10% de cada objeto da licitação (cada item inserido no quadro demonstrativo do bens perdidos), alegando, também, a ausência de transparência e publicidade quanto às diligências realizadas e comprovação de inscrição e de regularidade perante a Previdência Social irregular.

De inteiro teor, a Recorrente aduz:

(...)

1. DA TEMPESTIVIDADE

Consoante disposto no item 9.1 do Edital, o pregoeiro declarará o vencedor, sendo que após a fase de regularização fiscal e trabalhista, concederá prazo para apresentação de intenção de recurso.

Desta forma, tendo em vista que a intenção recursal foi devidamente apresentada de forma tempestiva, tem-se que o prazo para apresentação das razões de recurso é de até três dias. Portanto, não restam dúvidas da tempestividade.

2. NULIDADE. LICITANTE QUE NÃO ATENDEU AS CONDIÇÕES DE EDITAL

2.1. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO AOS ATESTADOS DE COMPROVAÇÃO DE DESVÍNCULO DE DÉBITOS DE VEÍCULOS. NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DOS LICITANTES VENCEDORES.

Verifica-se do edital ora objeto do presente recurso, em especial o item 6.1.21 – Termo de Referência, que é obrigado ao leiloeiro proceder a entrega dos bens após seu pagamento, dando suporte técnico, inclusive para os atos que sucedem a hasta pública. Vejamos:

(Termo de Referência – Anexo I)

“6.1.21. O leiloeiro deverá proceder à entrega dos bens aos arrematantes após seu pagamento, dando suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem à realização da hasta pública: da preparação processual até a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de trânsito competentes.”

(Grifo nosso)

Logo entende-se por atos que sucedem a hasta pública a prestação de contas, realizar publicação do resultado do leilão, e dentre outras funções inerentes verifica-se a entrega dos bens livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou débitos, nos termos da Res. 623/2016 do CONTRAN.

Portanto, em razão do previsto em edital, conforme acima exposto, verifica-se a clara necessidade de que o licitante deverá ser declarado habilitado, após comprovar a solicitação de tais diligências perante aos órgãos de trânsito, conforme é claro o Edital em demonstrar tal necessidade de comprovação mediante requerimentos de baixa dos débitos e qualquer outro documento hábil a demonstrar tais diligências.

Neste sentido, é necessário frisar que os licitantes habilitados pelo Pregoeiro para os ITENS 01 e 03, quais sejam o Sr. Afonso Marangoni e o Sr. Jorge Vitorio Espolador, não apresentaram certidão e/ou documento hábil a comprovar a realização/solicitação de desvinculo dos débitos que recaem sobre os veículos objetos da licitação, de modo que consequentemente, tendo em vista a ausência de requisito formal do edital, tornam-se inabilitados para a presente licitação.

Neste sentido é o entendimento do E. TRF-1, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. NÃO-ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. INABILITAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO. LEGITIMIDADE. 1. “O princípio da vinculação ao edital previsto no artigo 41, caput da Lei 8.666/98, impede que a administração e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados.” (MS 2000.01.00.048679-4/MA, Rel. Desembargadora Federal SELENE MARIA DE ALMEIDA, Terceira Seção, DJ de 10/11/2004, p.03). 2. Não se tratando de exigências ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade (inclusão na composição dos preços dos encargos sociais e dos direitos trabalhistas previstos nas lei e nas convenções coletivas de trabalho das categorias de profissionais das empresas concorrentes), inexistente direito subjetivo líquido e certo do licitante a não observância delas. 3. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TRF-1 – AG. 16906 MT 2006.01.00.016906-2, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES, Data de julgamento: 13/10/2006 SEXTA TURMA, Data de Publicação: 30/10/2006 Dj. p.216)

(grifo nosso)

Ainda, sob esta ótica, é necessária a inabilitação dos licitantes vencedores dos ITENS 01 e 03, haja vista que dos documentos acostados no presente processo licitatório, não vislumbram cumprimento ao requisito do edital, que concerne na desvinculação de débitos e ônus que recaem sobre os veículos objetos de alienação por leilão.

Logo, ao não cumprir o mínimo exigido pelo edital, devem ser declarados inabilitados para o certame, sendo que na hipótese de manutenção dos vencedores, é clara a ilegalidade do processo licitatório.

2.2. ITEM 8 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. 10% DE COMPROVAÇÃO DE CADA ITEM OBJETO DA LICITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO. INSUFICIÊNCIA.

Inicialmente cumpre informar que conforme nota técnica nº 27/2019/DILIC/COPLI/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ que o Sr. Leiloeiro Afonso Marangoni teve sua habilitação aceita pelo Sr. Pregoeiro, nos termos do item 7.29 do edital, no que se refere a Região descrita no ITEM 01.

Também nota-se que nos termos da nota técnica nº 29/2019/DILIC/COPLI/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ, o licitante Jorge Vitorio Espolador teve sua habilitação aceita pelo Sr. Pregoeiro, nos termos do item 7.29 do edital, no que se refere a Região descrita no ITEM 03.

Tem-se que para ambos os licitantes, conforme as notas técnicas acima citadas exaradas pelo Sr. Pregoeiro, concluiu-se que os mesmos atendiam o disposto no item 7.20.2 do Edital (Qualificação Técnica), contudo, tal aceitação pela comprovação de atendimento do respectivo item, não merece prosperar.

Nos termos do item 7.20.2.1 do Edital, c/c item 8.1.4 do Termo de Referência todo licitante deveria apresentar pelo menos 1 (um) atestado de Capacidade Técnica que comprovasse a realização de no mínimo 10% (dez por cento) de cada item inserido no quadro demonstrativo dos bens perdidos.

Nesta ótica, extrai-se da mesma nota técnica que a opção pelo deferimento e aceitação da habilitação dos licitantes acima mencionados encontra-se evitada de nulidade uma vez que ambos os licitantes apresentam ATESTADOS que comprovam a realização de apenas 10% sobre o todo, quando de fato deveriam apresentar certidão para cada item.

Em razão disto, verifica-se novamente que os licitantes, não atendem o mínimo exigido pelo Edital, pois conforme a documentação apresentada pelos licitantes, estes não comprovam de fato a realização de venda para cada item individualmente. Portanto, devem ser declarados inabilitados, em razão da ausência de requisito formal do Edital, de modo que a manutenção das decisões de aceitação, tornam o processo licitatório nulo.

2.3 AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DILIGÊNCIA DE ESCLARECIMENTOS. ILEGALIDADE

Inicialmente, extrai-se das notas técnicas proferidas pelo Sr. Pregoeiro que o mesmo informa ter realizado diligência para esclarecimentos no que se refere a documentação apresentada para qualificação técnica e jurídica dos licitantes.

Embora tenha se optado pela aceitação do licitante Jorge Vitório Espolador, após a realização de diligências, não é claro que o processo licitatório de fato foi cumprido na íntegra conforme disposto pelo edital.

A nota técnica nº 8/2019/CGPP/DPPA/SENAD/MJ dispõe que o licitante Jorge Vitório Espolador, deixou de apresentar declaração de infraestrutura para guarda de Bens, de modo que concluiu-se pela insuficiência de dados para possibilitar a análise dos documentos apresentados pelo próprio.

"[...] 3.6.4. Declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros dos materiais porventura lá acautelados: em que pese haver Atestado de Capacidade Técnica expedida pela 5ª Vara do Trabalho de Londrina-PR indicando prestação de serviço de guarda/armazenamento/conservação de bens móveis, não cumpriu integralmente o item 7.20.4 do Edital: documento não apresentado."

"[...]Ante aos fatos narrados, conclui-se pela insuficiência de dados para possibilitar a análise"

Ou seja, dentro do prazo estipulado para apresentação de toda a documentação, o licitante NÃO APRESENTOU, a declaração de infraestrutura para guarda de bens, o que instantaneamente o torna inabilitado para o processo licitatório em questão.

Porém, o pregoeiro emitiu nota técnica relativa ao ITEM 03 (Paraná), da qual informa que houve a realização de diligência e que por consequência o pleito do licitante foi atendido a fim de consignar sua habilitação.

Contudo, tal fato não condiz com a realidade do processo licitatório em questão, pois constata-se da documentação acostada pelo licitante Jorge Vitório Espolador, bem como da documentação apresentada como diligência realizada de ofício pelo Sr. Pregoeiro, que de fato o licitante não apresentou declaração de infraestrutura para guarda dos bens.

É claro que o mesmo não apresentou a documentação tempestivamente, o que o torna instantaneamente inabilitado para licitação, nos termos do item 7.28 do Edital, de modo que o Sr. Pregoeiro a partir da não apresentação da documentação, não poderia sequer ter realizado qualquer tipo de esclarecimento.

Por outro lado, veja-se que o Edital no item 6.3, dispõe da previsão de que caso exista a necessidade de ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES, poderão ser efetuadas diligências para aferir a exequibilidade das propostas e análise de documentos já apresentados.

"6.3. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta"

Contudo, lembrando que não foi oportunizado acesso aos licitantes sobre as diligências efetuadas (o que será objeto de impugnação em tópico específico), é válido ressaltar que não se pode confundir esclarecimentos com solicitação de documentos que sequer foram juntados ao processo licitatório.

Pelo exposto, requer-se a revogação da decisão do Sr. Pregoeiro em optar pela aceitação do ITEM 01, para o fim de tornar-se desabilitado o Sr. Jorge Vitório Espolador, eis que o não atende ao mínimo exigido pelo edital.

2.4. DILIGÊNCIAS. PUBLICIDADE. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NO QUE DIZ RESPEITO AOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELOS LICITANTES.

Nota-se do processo licitatório que o pregoeiro tinha por prerrogativa, solicitar esclarecimentos a respeito das informações trazidas pelos licitantes fim de aferir a qualidade técnica e jurídica e exequibilidade da proposta.

Dito isto, verifica-se que com relação aos ITENS 01 e 03, foram realizadas diligências (inclusive de ofício) para complementar as informações já trazidas pelos licitantes. Contudo, ainda que as notas técnicas façam menção às diligências realizadas, bem como pelo fato de estas se realizarem pelo chat, diretamente com o licitante, existe a necessidade de se ter acesso a tal procedimento, haja vista que por consequência dessas informações suplementares apresentadas pelos licitantes, ocasionaram na habilitação dos mesmos.

Ora, é indispensável que a Administração Pública permita o acesso dos licitantes para acompanhar a diligência que tem por finalidade verificar o atendimento de requisito de habilitação.

Sob esta perspectiva, verifica-se que o presente processo licitatório embora tenha-se feito menção a realização de diligência, frisa-se que para os ITENS 01 e 03, NÃO EXISTE documento publicado que comprove as diligências dos respectivos itens.

Diante disso, diante da ausência de transparência no processo licitatório, para os itens 01 e 03, requer-se a revogação das decisões de habilitação dos licitantes, em razão de ser nulo o processo licitatório.

2.5. DOCUMENTO INADEQUADO COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO E DE REGULARIDADE PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Nota-se dos documentos acostados pelos licitantes declarados habilitados para os ITENS 03, que ambos apresentaram documento que tinha por fim comprovar a inscrição e regularidade perante a previdência social, nos termos do item 7.15 do Edital.

Contudo, nota-se que o documento apresentado pelo Sr. Jorge Vitório Espolador não é documento hábil para comprovar a inscrição e regularidade com a Previdência Social, uma vez que não é emitido pelo órgão competente para atestar a regularidade do licitante.

Em função disso, verifica-se a necessidade de se ter apresentado declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, emitido pelo próprio Instituto Nacional do Seguro Social – Previdência Social.

Desta forma, requer a revogação da decisão que acatou a aceitação pela habilitação do licitante vencedor do ITEM 03, por não atender as condições de edital.

3. DOS PEDIDOS

Pelas razões acima expostas, o ora licitante requer o recebimento e admissão da presente recurso, vez que tempestivo e pertinente, a fim de que seja realizada a revogação da decisão do Sr. Pregoeiro que acatou a aceitação dos licitantes Afonso Marangoni e Jorge Vitório Espolador, haja vista que o processo licitatório e tal decisão encontra-se evadida de nulidade.

Nestes Termos
Respeitosamente, pede o deferimento.

(...)

O Recorrido **JORGE VITORIO ESPOLADOR** contrapõe o seguinte em suas contrarrazões:
(...)

1. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do item 9 do Edital de licitação – Pregão Eletrônico nº 04/2019 – Processo nº 08129.002051/2019-50, após apresentada as razões de recurso, por quem de direito, abrir-se-ia o prazo de 03 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente para apresentação de contrarrazões recursais.

Oportuno se torna dizer que, o Recurso Administrativo interposto pelo Sr. Leiloeiro Helcio Kronberg foi em data de 09 de maio de 2019, sendo que o prazo para contrarrazões de 3 (três) dias escoou-se em data de 14 de maio de 2019, razão pelo qual a presente contrarrazão encontra-se tempestiva.

Apesar do acima exposto, afirmo de corroborar com a afirmativa, segue abaixo acostado, as informações disponíveis no site (<http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/pregao/ata0.asp>),

2. DA AUSÊNCIA DE NULIDADES, EXPLANAÇÃO DO EDITAL

2.1 – DOS DÉBITOS DOS VEÍCULOS - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

Em síntese, o Recorrente alega que: “os licitantes habilitados pelo Pregoeiro para os ITENS 01 e 03, quais sejam o Sr. Afonso Marangoni e o Sr. Jorge Vitorio Espolador, não apresentaram certidão e/ou documento hábil a comprovar a realização/solicitação de desvinculo dos débitos que recaem sobre os veículos objetos da licitação” (grifo nosso).

O qual não merece prosperar, senão vejamos:

Preliminarmente, cumpre esclarecer que o item 6 do termo de referência (Anexo I do Edital 04/2019), trata-se da forma em que os licitantes devem executar o objeto da licitação, e não dos documentos necessários para habilitação do qual trata o item 07 do Edital 04/2019.

Em se tratando de operacionalização pós-venda, não há que se falar em apresentação de declaração precoce.

De outra banda, oportuno se torna dizer, que o leiloeiro não tomará para si obrigação exclusiva do arrematante, uma vez que não tem competência para pleitear direito alheio. Tal entendimento já encontra-se superado pelos julgadores, conforme expressamente superado na resposta da Impugnação 03.”

4 - “regularização do bem para entrega ao arrematante” - o Edital de chamamento estabelece como atribuição do leiloeiro a operacionalização de todas as etapas, inclusive o pós-venda. Dentro desse contexto, seguramente existirão bens que se encontram com ônus e débitos pretéritos, bem como com restrições judiciais. Assim, cumpre ao leiloeiro contratado dar suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem a realização da hasta pública o que não se confunde com o leiloeiro se sub-rogar nos direitos do arrematante e postular, perante órgãos públicos, direito alheio em nome próprio; consiste, em verdade, em prestar os necessários esclarecimentos para o arrematante promover a correta preparação de documentos e diligências para ter êxito e celeridade em eventual baixa de débitos. (grifo nosso).

Em se fazendo a distinguishing do julgado apresentado pelo recorrente (TRF-1 – AG. 16906 MT 2006.01.00.016906-2, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES, Data de julgamento: 13/10/2006 SEXTA TURMA, Data de Publicação: 30/10/2006 Dj. p.216), nada tem a ver com o caso concreto, por consequência não poderá ser aplicado ao presente, analisemos.

O julgado apresentado aos autos, tem por fundamento a inabilitação do licitante por deixar de cumprir as exigências mínimas do edital.

Sabemos que o item 6 do termo de referência (Anexo I do Edital 04/2019), trata-se de procedimento pós-venda, não havendo que se falar em documento necessário para habilitação/ contratação do licitante, portanto deverá ser desconsiderado no presente caso.

Diante de todo exposto, requer a improcedência do pedido.

2.2 – “OVERRULING” – superação do entendimento

Sustenta o Recorrente, que o licitante deixou de apresentar atestado de capacidade técnica que comprovasse a realização de no mínimo 10% (dez por cento) de cada item inserido no quadro demonstrativo dos bens declarados perdimento.

Saliente que tal manifestação ocorrerá, também, em fase de impugnação, o qual encontra-se superada pela equipe técnica, não devendo ser novamente suscitada. vejamos:

ESCLARECIMENTO 8:

Resposta 1.1 - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de leilão de bens móveis. Resposta 1.2 - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos. Resposta 7.20.2.1 - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação de realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, leilão de veículos. Resposta 3.1 - O Edital não prevê a restrição quanto à possibilidade de participação em mais de um item. Resposta 3.2 - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, tendo como parâmetro leilão de veículos cuja comprovação deverá ocorrer para cada item, podendo ser apresentado cópia autenticada. Resposta 4 - A declaração deve ser emitida pelo licitante, conforme item 7.20.4. Resposta - Após o certame o Leiloeiro Público Oficial solicitará aos órgãos de trânsito e secretarias estaduais de fazenda as baixas dos débitos existentes, conforme preceitua a legislação em vigor (§5º do artigo 144-A do Código de Processo Penal, acrescentando pelo artigo 5º da Lei nº 12.694 de 24 de Julho de 2012). Assim, a autoridade de trânsito ou órgão de registro e controle ou equivalente, expedirá o certificado de registro e licenciamento em favor do arrematante, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, sem prejuízo de execução fiscal em relação ao anterior proprietário. Resposta - Poderão ser utilizados documentos equivalentes podendo ser Fatura de leilão ou Nota de venda.

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO 3

Com referência ao 2-“características dos bens a serem leiloados” - se faz importante esclarecer que efeitos de comprovação capacidade técnica, a Administração pode solicitar documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se

como parâmetro e leilão de veículos. Pode a impugnante ter tido uma compreensão equivocada do edital, haja vista os critérios de capacidade técnica dizerem respeito ao leilão de bens móveis, sem individualizar se joias, embarcações, aviões etc. Ou seja, a capacidade técnica não será aferida para cada subitem do item "bens móveis", mas sim para este último – o detalhamento do item "bens móveis" se deu para os pretensores concorrentes terem maior ciência de quais produtos serão submetidos à arrematação. – RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO 3 (<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/aviso4.asp?qaCod=889897&texto=R>)

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO 4

Em que pese a intempestividade do Pedido de Impugnação, passamos à análise das alegações levantadas: Convém informar que o tema questionado já foi analisado no Pedido de Esclarecimento nº 08, divulgado no sistema Comprasnet e sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 21/03/2019, senão vejamos: 1) No item 7.20.2 consta a obrigação da apresentação de atestado que comprove "a realização de leilões de bens móveis, que se enquadre no objeto da presente licitação". Contudo, enquanto o item 1.1 do Edital mencionado que o objeto da licitação é a "realização de leilão de bens móveis", o item 5.1 do Termo de Referência descreve os serviços a serem prestados pelo leiloeiro (remoção, guarda, depósito, organização e pós-venda). Diante disso, indaga-se: 1.1) O atestado que comprovar apenas a realização de leilão de bens móveis é suficiente para cumprir o requisito previsto no item 7.20.2 ou o atestado deve, obrigatoriamente, comprovar ter o licitante realizado todos os demais serviços previstos no item 5.1 do Termo de Referência? Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de leilão de bens móveis. 1.2) Caso seja necessário que no atestado conste a realização dos serviços indicados no item 5.1 do Termo de Referência, indaga-se se, no que diz respeito aos bens que não forem veículos, fica dispensada a comprovação da "regularização" dos bens? (à medida que só há que se falar em "regularização" pós leilão quando se tratar de veículos, pois apenas em relação a estes bens há procedimentos, pós leilão, relativos a desvinculação de eventuais débitos que recaiam sobre o bem). Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos. 2) O item 7.20.2.1 do Edital exige que o(s) atestado(s) a ser(em) apresentado(s) comprovem realização, com êxito, de objeto semelhante "em quantidade mínima igual ou superior a 10% (dez por cento) dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4 do Termo de Referência". Contudo, nota-se que o quadro previsto no item 8.1.4 do Termo de Referência prevê, em cada item, quantidade de bens diversos (aeronave, diversos, eletrônicos, etc.). Diante disso, indaga-se 2.1) O(s) atestado(s) a ser(em) apresentado(s) devem comprovar a quantidade mínima de 10% para cada um dos bens relacionados no referido quadro (aeronave, diversos, eletrônicos, etc.) ou basta a comprovação da quantidade equivalente a 10% do total indicado no mesmo quadro? 2.2) Na hipótese da necessidade de comprovação do mínimo de 10% de cada um dos bens (aeronave, diversos, eletrônicos, etc.) indaga-se se, no caso de inexistir algum tipo de bem em um item específico (a exemplo da inexistência de aeronave no item 1 do quadro), ainda assim é necessário comprovar a venda de tal bem? Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação de realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, leilão de veículos. Ainda quanto à habilitação técnica, é importante destacar que nos termos do art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93 a exigência de atestados de capacidade técnica somente será válida quando referentes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto. A própria Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI determina que Administração poderá exigir das licitantes tão somente a comprovação de aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato. Art. 37 (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Importante destacar que nos termos do art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93 a exigência de atestados de capacidade técnica somente será válida quando referentes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto. Parcela de maior relevância seria o total de elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica. Trata-se, portanto, das características essenciais do serviço a ser contratado de grande relevância para o resultado almejado pela contratação. Assim sendo, diante do caso concreto, considerando que a exigência da comprovação da capacidade técnica deverá limitar-se às parcelas de valor significativo do objeto, cumpre avaliar se a exigência de todos os projetos indicados para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante, atendem tal exigência uma vez que exigências desarrazoadas além de ferir a determinação legal supramencionada poderão restringir a competitividade do certame licitatório. A habilitação técnico-operacional só pode ser exigida de licitantes para demonstração da capacidade de execução de parcelas do objeto a ser contratado que sejam, cumulativamente, de maior relevância e de maior valor - Acórdão 2992/2011-Plenário A demonstração da capacidade técnico-operacional de execução de serviços deve-se restringir às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado - Acórdão 31/2013-Plenário Por fim, cumpre registrar que esclarecimentos prestados administrativamente para responder a questionamento de licitante têm natureza vinculante para todos os participantes do certame, ou seja, a resposta ao pedido de esclarecimento caracteriza efeito vinculante ao Edital, no sentido de possuir a mesma força obrigatória do instrumento convocatório. Desse modo, não há afigurar motivos para deferimento do pedido solicitado. DA DECISÃO Diante do exposto, mesmo intempestivo o pedido e, com lastro nos posicionamentos levantados, NEGOU PROVIMENTO, decidindo pela IMPROCEDÊNCIA do Pedido de Impugnação nº 04 ao Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2019 interpostos pela ANLEIUD. É a decisão. - RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO 4 (<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/aviso4.asp?qaCod=890080&texto=R>) (Grifo nosso)

Não pairam dúvidas acerca da comprovação de capacidade técnica, e, de que restam válidos os documentos que atestassem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo, ou seja, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos.

Diante do exposto, requer a improcedência do pedido.

2.3 – APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA – DESNECESSIDADE

Sustenta o Recorrente que, o licitante não apresentou Declaração de infraestrutura para guarda de bens, conforme preconiza o item 7.20.4 do Edital 04/2019.

Ocorre que, o Recorrente deixou de se atentar a nota de Esclarecimento emitida em 21/03/2019 16:56:18, tempo hábil para que o recorrente/interessado tomasse ciência antes da realização do prego. Vejamos:

NOTA DE ESCLARECIMENTO Com o objetivo de tornar mais clara e efetiva a redação dos critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, constante do Edital de Licitação nº 04/2019, informamos que, Onde se lê: Item 7.20.4 Declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros assegurando os materiais porventura lá acautelados. Leia-se: Item 7.20.4 Declaração de que possuirá infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros assegurando os materiais porventura lá acautelados. Tal declaração refere-

se a evento futuro, ou seja, na ocasião da habilitação o licitante deverá apresentar uma declaração, que poderá ser informada na própria proposta ou em documento apartado, de que no momento oportuno para a execução do objeto, após contratado, conforme o modelo de execução disposto no item 6 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, possuirá a infraestrutura, licenças, certidão de regularidade e apólice de seguro. Tal leitura se faz necessária ante ao fato de que somente após a formalização do instrumento de contrato, o contratado receberá da contratante a relação de bens a serem alienados. (<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/aviso4.asp?qaCod=888679&texto=T>) – (Grifo nosso)

Visando, o atento controle do licitante, tomou ciência do esclarecimento e proporcionou a entrega das certidões em tempo hábil a abertura do pregão, restando infundada tais alegações.

Diante do exposto, requer a improcedência do pedido.

2.4 – DAS TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

Vislumbra-se que, conforme expresso no edital de leilão, todas as informações foram disponibilizadas no site em formato de avisos e notas de esclarecimento.

Ressalta, que qualquer informação encontrava-se disponíveis nos tópicos acima, cumprindo fielmente com o certame, quais sejam.

Assevera, que toda documentação necessária a habilitação do licitante está disponível para acesso dos demais interessados nos anexos de propostas, para eventuais impugnações.

Razão pela qual diante de todo o exposto, requer a improcedência do pedido.

2.5 – INSCRIÇÃO E DE REGULARIDADE PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL

A título de habilitação, o Item 7.15 do Edital 04/2019, determina juntada de certidão de inscrição e regularização Perante a Previdência Social.

Assevera que o licitante apresentou a declaração disponível no site do Ministério da Fazenda nos termos requerido no item 7.15 do edital, no qual abrange todas as dívidas federais, inclusive perante o órgão da Previdência Social, Vejamos:

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços ou .)

Sabe-se ainda, que o teor da declaração exigida no item 7.15 do edital de licitação, encontra-se disciplinada pelo artigo art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Abaixo transcrito.

Art. 11. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

I - receitas da União;

II - receitas das contribuições sociais;

III - receitas de outras fontes.

Parágrafo único. Constituem contribuições sociais:

a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço; (Vide art. 104 da lei nº 11.196, de 2005)

b) as dos empregadores domésticos;

c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; (Vide art. 104 da lei nº 11.196, de 2005)

d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro;

e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

É sabido, também, que a certidão apresentada pelo licitante, abrange, entre outras, a contribuição social, que por sua vez, compreende a de inscrição, bem como a regularidade perante a Previdência Social.

Em que pese as alegações do Recorrente, não foi possível observar que a certidão deveria ser expedida unicamente pelo site da Previdência Social, transcreve:

7-HABILITAÇÃO

[...]

7.15. Comprovação de inscrição e da regularidade perante a Previdência Social. (Edital 014/2019) – (Grifo nosso)

De todo exposto, tais alegações não merecem prosperar.

3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer o indeferimento do recurso interposto, tendo em vista este leiloeiro ter cumprido fielmente as normas do edital do Pregão Eletrônico 04/2019, cumprindo-se, inclusive com os princípios da isonomia do certame.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento

(...)

5. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO AOS ATESTADOS DE COMPROVAÇÃO DE DESVINCULO DE DÉBITOS DE VEÍCULOS E ITEM 8 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. 10% DE COMPROVAÇÃO DE CADA ITEM OBJETO DA LICITAÇÃO.

5.1. Na primeira alegação, a Recorrente arrazoa que os atestados de capacidade técnica apresentados pelo Recorrido contêm inconformidades insanáveis e que não atendem as exigências da qualificação técnica exigida no Edital, por entender que sucedem a hasta pública a prestação de contas, realizar publicação do resultado do leilão, e dentre outras funções inerentes verifica-se a entrega dos bens livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou débitos, nos termos da Res. 623/2016 do CONTRAN.

5.2. Convém enfatizar que um dos princípios basilares do procedimento licitatório é o julgamento objetivo. Como julgamento objetivo entende-se aquele baseado em critérios e parâmetros concretos, precisos, previamente estipulados no instrumento convocatório, que afastem quaisquer subjetivismos quanto à análise da documentação. Nesse sentido, a apresentação de atestados que comprovem "aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação", se referem às parcelas mais relevantes do objeto. Neste sentido, a área técnica enfatizou na Nota Técnica n.º 8/2019/CGPP/DPPA/SENAD/MJ (8582775):

Atestado de Capacidade Técnica em nome do proponente, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando a realização, com êxito, de objeto semelhante** ao desta Licitação **no quantitativo mínima igual ou superior a 10 % (dez por cento)** dos bens estimados, **constantes da tabela presente no item 8.1.4 do Termo de Referência**, Anexo I deste Edital (ficou estabelecido como válidos os documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, **utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos**. Na forma apresentada, **deve-se comprovar a realização com êxito do leilão de 39 veículos**): **O licitante apresentou declaração emitida pela 15ª Vara Federal de Curitiba**, na qual consta sua nomeação com arrematação dos bens descritos conforme relacionou, **computando 35 (trinta e cinco) veículos**. De tal documento procedeu-se a verificação de autenticidade via sistema SEI. **Ainda, apresentou Atestado de Capacidade Técnica emitido junto a 16ª Vara Federal de Curitiba** na qual consta sua nomeação para venda judicial de veículos, **relacionando 33 (trinta e três) bens**.

5.3. Veja-se que os critérios relativos à análise da habilitação técnica restringiu-se à

apresentação de ter, o leiloeiro, realizado leilão(ões) de veículos, no quantitativo mínimo de 10% (dez por cento) dos bens estimados na tabela presente no item 8.1.4 do Termo de referência. Enfatiza-se que no dia 21/03/2019, às 13h20m11s, foi disponibilizado em campo próprio do Sistema de Compras Governamentais a resposta ao pedido de esclarecimento, cujo teor afirma aos interessados que a parcela de maior relevância restringia-se à realização de leilão de veículos como parâmetro. Essa é a resposta para o pedido de esclarecimento nº 09 referente ao Pregão Eletrônico n.º 04/2019:

Resposta 21/03/2019 13:20:11

Resposta 1.2 - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos.

5.4. Importa consignar que os pedidos de impugnação e de esclarecimento, com as respectivas respostas, encontram-se disponibilizados no site do Ministério da Justiça no seguinte endereço eletrônico: <http://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/>. O Edital é preciso em relação aos pedidos de esclarecimentos no item 19, *ipsis verbis*:

Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital. Contemplemos literalmente o que diz o artigo 19 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005:

5.5. É obrigação da Administração, dentre outras específicas para execução do futuro objeto contratado, prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pelas empresas.

Não pode a Administração descumprir as normas e condições do ato convocatório, ao qual se acha estritamente vinculada, sob pena de tornar nulo o procedimento. Quanto ao pregão, a legislação faculta a qualquer pessoa, cidadão ou licitante, solicitar esclarecimentos e estes têm o direito a obter resposta para petições encaminhadas ao órgão licitador, ainda que improcedentes ou sem fundamentação legal.

Entende o TCU que "esclarecimentos prestados administrativamente para responder a questionamento de licitante têm natureza vinculante para todos os participantes do certame, não se podendo admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório" (BRASIL, 2015h). Conclui-se que a resposta publicada, para todos os fins, adere aos termos do edital (caráter aditivo), vinculando a comissão de licitação e o pregoeiro quando do julgamento das propostas, habilitação e demais atos decisórios relativos à condução do certame (trecho retirado da obra Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência. Senado Federal, 2017. p.91.)

5.6. Quanto ao caráter vinculante dos esclarecimentos prestados, ressalta o doutrinador Marçal Justen Filho que "é prática usual, fomentada pelo próprio art. 40, inc. VIII, que a Administração forneça esclarecimentos sobre as regras editalícias. **A resposta formulada administrativamente apresenta cunho vinculante para todos os envolvidos, sendo impossível invocar o princípio da vinculação ao edital para negar eficácia à resposta apresentada pela própria Administração**". Acrescenta, ainda, que "a força vinculante da resposta ao pedido de esclarecimento envolve as hipóteses de interpretação do edital. Ou seja, aplica-se quando há diversas interpretações possíveis em face do ato convocatório. **Se a Administração escolhe uma ou algumas dessas interpretações possíveis e exclui outras (ou todas as outras), haverá vinculação**". (grifos nossos)

5.7. O Superior Tribunal de Justiça - STJ coaduna com o mesmo entendimento do TCU, senão vejamos:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. OBRAS PARA A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO. FALTA DE MOTIVAÇÃO DO ATO EMANADO DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. DECADÊNCIA DO DIREITO DE IMPUGNAR O EDITAL. LITISPENDÊNCIA. PRELIMINARES AFASTADAS. RECURSO ADMINISTRATIVO PROVIDO PARA INABILITAR O CONSÓRCIO FORMADO PELAS IMPETRANTES. INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE REGÊNCIA DA LICITAÇÃO EM COMENTO. **ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO EM COMPLEMENTO AO EDITAL 2/2007. CARÁTER VINCULANTE**ALTERAÇÃO DAS REGRAS NO MOMENTO DA APRECIAÇÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

5.8. Nessa linha de raciocínio, a resposta ao pedido de esclarecimento caracteriza efeito vinculante ao Edital, no sentido de possuir a mesma força obrigatória do instrumento convocatório. Desta forma, exigir do Licitante a comprovação acessória de que tais leilões realizados pelo Leiloeiro viessem acompanhados de documentos que sucedem a hasta pública, como a prestação de contas, bem como a demonstração da entrega dos bens livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou débitos, nos termos da Res. 623/2016 do CONTRAN, seria excesso não previsto em Edital, para fins de habilitação técnica, que poder-se-ia afrontar o princípio da ampla concorrência, por ser mais restritivo do que a comprovação necessária ao exame de habilidade técnica escolhido pela área demandante.

AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DILIGÊNCIA DE ESCLARECIMENTOS E DILIGÊNCIAS. PUBLICIDADE. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NO QUE DIZ RESPEITO AOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELOS LICITANTES.

5.9. Pugna a Recorrente quanto à não apresentação de documentos por parte desta Comissão de Licitação, questionando, inclusive, a comprovação das diligências de esclarecimentos tomadas. Sob esta perspectiva, alega que o presente processo licitatório embora tenha-se feito menção a realização de diligência, frisando que para os ITENS 01 e 03, NÃO EXISTE documento publicado que comprove as diligências dos respectivos itens e, por isso, requer a revogação das decisões de habilitação dos licitantes, em razão de ser nulo o processo licitatório.

5.10. Insta consignar que, segundo Marçal Justen Filho, "a diligência é uma providência para confirmar o atendimento pelo licitante de requisitos exigidos pela lei ou pelo edital, seja no tocante à habilitação, seja quanto ao próprio conteúdo da proposta." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 16. ed., RT: São Paulo, 2014, p. 803).

5.11. Aliás o Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2019 estabelecia exatamente a possibilidade de adoção dessa medida. Trata-se de poder-dever de promover diligências, previsto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, para aclarar fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para tomada de decisão da Administração nos procedimentos licitatórios. Nos termos das Notas Técnicas supramencionadas nas razões pela Recorrente, encontram-se as informações que necessitavam de maiores informações ou complementações. No caso, averiguação de autenticidade dos documentos apresentados (prazos vencidos); bem como a verificação junto ao licitante de vício formal sinalizado nos itens 3.6.4 e 3.6.5 da Nota Técnica nº 6/2019/CGPP (ausência de assinatura nos documentos).

5.12. Veja-se que seria excesso de formalismo promover a inabilitação sem antes conceder a oportunidade para a aposição das assinaturas nos documentos. Assim, constatando-se a ausência de assinaturas do representante legal em determinados documentos (sejam de habilitação ou de proposta) e este se encontra na sessão pública, a conduta mais adequada é permitir o suprimento de tais falhas. Com isso, afasta-se o excesso de formalismo nas decisões e ampliam-se as chances de obtenção de propostas mais vantajosas, em atendimento ao Interesse Público. Em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93), a regra é que os licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o atendimento das condições estabelecidas pela Administração no edital. No entanto, tendo como finalidade privilegiar a competição mediante a manutenção na disputa de licitantes que tenham entregue documentação omissa/incompleta, a Lei de Licitações legítima a realização de diligências.

5.13. Em tempo, no que pertine à declaração de infraestrutura para guarda de bens (...), convém trazer à baila os termos da Nota de Esclarecimento publicada no site do Portal de Compras Governamentais no dia 21/03/2019, portanto, anterior à abertura da sessão:

Aviso 21/03/2019 16:56:18

NOTA DE ESCLARECIMENTO Com o objetivo de tornar mais clara e efetiva a redação dos critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, constante do

Edital de Licitação nº 04/2019, informamos que, Onde se lê: Item 7.20.4 Declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros assegurando os materiais porventura lá acautelados. Leia-se: Item 7.20.4 Declaração de que possuirá infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros assegurando os materiais porventura lá acautelados. Tal declaração refere-se a evento futuro, ou seja, na ocasião da habilitação o licitante deverá apresentar uma declaração, que poderá ser informada na própria proposta ou em documento apartado, de que no momento oportuno para a execução do objeto, após contratado, conforme o modelo de execução disposto no item 6 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, possuirá a infraestrutura, licenças, certidão de regularidade e apólice de seguro. Tal leitura se faz necessária ante ao fato de que somente após a formalização do instrumento de contrato, o contratado receberá da contratante a relação de bens a serem alienados

5.14. Da Nota de Esclarecimento acima, verifica-se que a mencionada declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros assegurando os materiais porventura lá acautelados podará ser informada na própria proposta ou em documento apartado de que no momento oportuno para a execução do objeto, após contratado, conforme o modelo de execução disposto no item 6 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, possuirá a infraestrutura, licenças, certidão de regularidade e apólice de seguro. Tal leitura se faz necessária ante ao fato de que somente após a formalização do instrumento de contrato, o contratado receberá da contratante a relação de bens a serem alienados, tido, portanto, como ato sanável, das informações que possam restar da proposta.

5.15. Neste sentido, com muita clareza, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

5.16. Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016-Plenário)

5.17. Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário).

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

5.18. Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a "licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital". Cabe ao agente responsável bem ponderar se é necessário ou não, para poder decidir adequadamente, complementar e esclarecer alguma condição que envolve a situação sobre a qual decidirá. Se, para que se possa bem decidir, for indispensável realizar a complementação ou o esclarecimento da informação, caberá ao agente responsável realizá-la, inclusive como dever de ofício. Portanto, reitera-se que o Pregoeiro realizou diligências compreendidas como cabíveis, dentro de suas competências normativas, em virtude das informações constantes da Nota Técnica junto à Junta Comercial do Paraná para averiguação de autenticidade dos documentos apresentados (prazos vencidos); bem como a verificação junto ao licitante de vício formal sinalizado nos itens 3.6.4 e 3.6.5 da Nota Técnica nº 6/2019/CGPP (ausência de assinatura nos documentos).

DOCUMENTO INADEQUADO COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO E DE REGULARIDADE PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL.

5.19. Por fim, tem-se que o Recorrente alegou que o documento apresentado pelo Sr. Jorge Vitorio Espolador não é documento hábil para comprovar a inscrição e regularidade com a Previdência Social, uma vez que não é emitido pelo órgão competente para atestar a regularidade do licitante, alegando a necessidade de apresentação de declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, emitido pelo próprio Instituto Nacional do Seguro Social - Previdência Social.

5.20. Entretanto, constata-se do instrumento convocatório, no item 7.15, a determinação de juntada de certidão de inscrição e regularização perante a Previdência Social. Entende esta Comissão que para fins desta comprovação não necessita, exclusivamente, de emissão de declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, sendo plenamente possível o cumprimento deste requisito por meio de certidão expedida pelo Ministério da Fazenda, consultadas a RFB e PGFN, nos termos da Lei 8.212/1991, conforme apresentado pela licitante.

5.21. Ainda, convém enfatizar que por meio do portal público do INSS (<https://meu.inss.gov.br/central/index.html#/drsci>), após preenchidos os campos apropriados se faz possível emitir certidões e/ou confirmar autenticidade.

5.22. É poder-dever do Pregoeiro consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes que, no caso, não foram encontradas situações que corroborassem razões que pudessem desabonar o licitante JORGE VITORIO ESPOLOADOR.

5.23. Os fatos narrados nas peças recursais e ocorridos durante a sessão pública não são motivos suficientes para ensejar a revogação e/ou nulidade do procedimento administrativo, além de que feriria o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, trazendo prejuízos à Administração.

6. DA CONCLUSÃO

6.1. Analisando a razão recursal da Recorrente em face da contrarrazão apresentada pelo Recorrido, bem como da legislação vigente, edital, órgãos de controle, princípios administrativos e com lastro nas manifestações da área técnica demandante, por meio das Notas Técnicas de análises, verifica-se que **não se afiguram motivos para a reconsideração da decisão de declarar vencedor do Pregão Eletrônico nº 04/2019, o licitante JORGE VITORIO ESPOLOADOR** inscrito no CPF sob o nº 918.216.069, para o ITEM 03 nem para proceder a sua desclassificação/inabilitação, razão pela qual **CONHEÇO DO RECURSO e NEGÓ PROVIMENTO**.

6.2. Submete-se a presente decisão à Autoridade Superior, conforme inciso VII, do artigo 11, do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DE OLIVEIRA DA ROSA, Pregoeiro(a) Oficial**, em 16/05/2019, às 16:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8697822** e o código CRC **1299D8B7**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

